

Assembleia Estadual

21 de março - 13 h - Praça João Mendes



Campanha Salarial 2014

Trabalhadores em unidade podem conquistar mais!
Mais informações em www.assojubs.org.br

Negociação

PÁGINA 5

TJ-SP anuncia índice de 6% e começa a cumprir a Lei nº 1.217/2013

Fórum 40 graus!

PÁGINAS 8 E 9

Falta de climatização gera protestos na Comarca de Santos

VI Encontro Estadual

PÁGINAS 6 E 7

Pré-pauta de reivindicações e bandeiras de luta são aprovadas

Dia Internacional da Mulher

PÁGINA 3

Celebração à vida: quatro histórias de luta e superação

Editorial

Enfim, começa o ano!?

Diz o dito popular que o ano só começa depois do Carnaval, pois vivemos no Brasil, país do samba, do futebol e, é claro, do Carnaval. Porém, meus amigos, sabemos que isso foi inventado para que desacreditássemos de nós mesmos, aceitando, de cabeça baixa, o que é imposto pelos governantes, pois quem é que, apesar da ressaca de Reveillon, não se vê atolado nas contas de material escolar, IPVA, IPTU e muitas outras que se repetem a cada início de ano?

2014 começou com um novo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Uma figura já conhecida de todos por conta de posições patronais tomadas durante a greve de 2010, bem como algumas votações no Órgão Pleno.

Porém, o que mais interessa à categoria é o que ele vai fazer e qual sua postura ante nossas reivindicações. Vale lembrar que ainda em janeiro comunicou que estava sem dinheiro para pagamento de direitos devidos em razão da Lei 1.217 de 2013, depois voltou atrás, diminuiu a quantidade de dias pagos de indenização, mas garantiu o cumprimento da data-base. Então, fiquemos atentos!

Pois bem, o Carnaval já passou, precisamos direcionar a atenção ao que interessa que é como melhorar

nossa vida e de nossa família, não esquecendo que temos Copa do Mundo no Brasil e os poderosos contam com isso para nos distrair. É a velha política romana do pão e circo de volta, aliás, não de volta, porque a mídia, infelizmente, tem grande parcela de culpa na manutenção dessa política.

Não devemos negar nossa natureza, a natureza brasileira que é gostar de Carnaval, samba e futebol. Pelo contrário, trabalhamos muito e merecemos toda a diversão do mundo, mas o que não podemos é deixar de buscar informação sobre as decisões políticas das pessoas eleitas por nós, como os membros dos poderes Executivo e Legislativo.

Não devemos jamais esperar pelas migalhas que sobram para nós, precisamos, sim, gritar de forma unida e organizada a fim de que esse grito ecoe nos ouvidos dos governantes e que eles tenham coragem e humildade para voltar atrás em seus comunicados, pagando nossos direitos e atendendo nossas reivindicações.

É difícil, cansativo e por vezes desanimador, mas sabemos que deles começamos com o “não” e sempre precisamos arrancar o sim com muita luta e determinação.

O segredo é nunca, nunca, nunca desistir.

NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO DA ASSOJUBS!

www.assojubs.org.br

E X P E D I E N T E

Diretoria

Alexandre dos Santos - presidente
Luiz Tadeu Milito - vice-presidente
Rosângela dos Santos - secretária geral
Sílvio José Realle - tesoureiro
Michel Iorio Gonçalves - 1º secretário
Laércio Armesto - 1º tesoureiro
Nicolas Madureira Barbosa - diretor jurídico
Luís Fabiano Mendes - diretor de planejamento e infraestrutura
José Carlos de Almeida - diretor de comunicações
Paulo Ferreira Luz - diretor de organização política e sindical
Mário Augusto Bernardes - diretor de convênios
Eduardo Alexandre Teixeira Requejo - diretor de esportes
Solange Martins de Oliveira Fernandes - diretora social e cultural

Conselho

Adelson Pereira Gaspar
Paulo Afonso Filgueiras Júnior
Paulo Sampaio Mercadante Filho
Alessandro Muniz Barreto

Redação

Camila Marques, José Carlos de Almeida,
Luiz Milito, Sílvio Realle e Rosângela dos Santos
Jornalista responsável:
Camila Marques MTB 34.448

Diagramação: www.cassiobueno.com.br
Impressão: Gráfica Diário do Litoral -
Tiragem: 5.500 mil exemplares

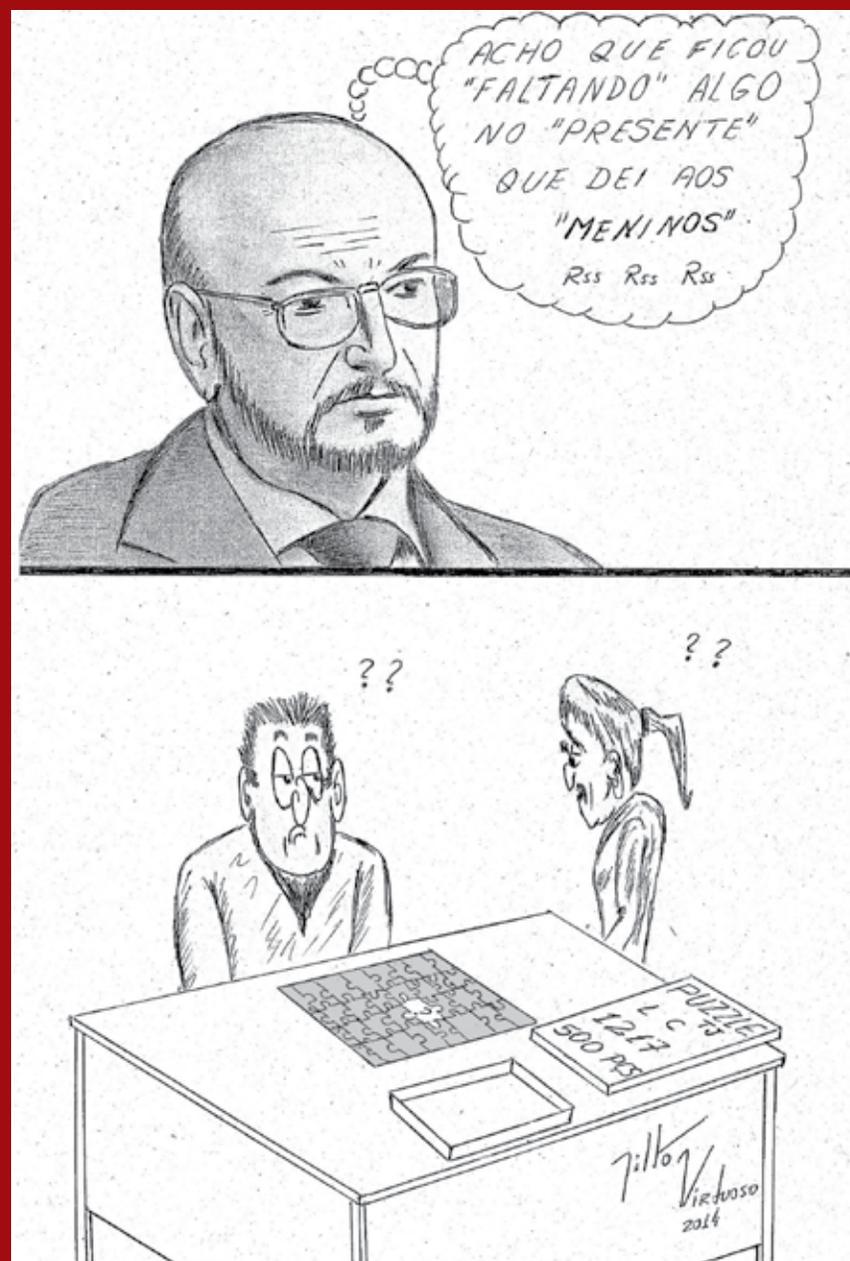
Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo - Assojubs

Assojubs Santos -
Av. São Francisco, 276/278, Centro,
Fone: 3223-2377 - 3223-5278
Assojubs São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11,
Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665
Assojubs São Paulo - Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade,
Fone: (11) 3101-6085
e-mails: faleconosco@assojubs.com.br - secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br



ESPAÇO DO LEITOR

Este é um espaço dedicado aos leitores de “O Processo” para que se expressem de diferentes formas, seja através de opiniões, poesias e crônicas.



EM ILHABELA E CARAGUATATUBA

**ALUGUEL -
DIÁRIAS, FINS
DE SEMANA E
FERIADOS**

Condições
especiais para
associados
da Assojubs

- Pousada
- Chalé
- Casa

Descontos em
passeios de lancha e
jipe pela região

Tratar com Renato (Rato)
Fones: (12) 99235.8325
rato.santista@hotmail.com

Dia Internacional da Mulher

A celebração à vida após a luta contra o câncer de mama



Ana Maria, Denise, Luciane e Aurení: um Judiciário, quatro histórias e quatro vitórias



Um Judiciário e quatro histórias de vida. Um diagnóstico e quatro tratamentos. Uma luta e quatro vitórias. E foi com muita força de vontade que Denise Gonçalves Pampolini, Luciane Rodrigues Vinograd, Ana Maria Góis Nascimento e Aurení Estevam de Barros superaram a doença que mais acomete as mulheres em todo o mundo: o câncer de mama.

Despindo-se de sua vaidade feminina, as servidoras se viram frente ao desafio de sobreviver à enfermidade, lidar com procedimentos agressivos e ao impacto psicológico por conta da retirada de parte, ou total, dos seios – o que depende da situação de cada caso. Mas da fragilidade da descoberta, e dos efeitos colaterais, foi preciso repensar valores e refazer caminhos para enfrentar a situação.

Mas determinação já é uma característica do sexo feminino. Basta lembrar os esforços tidos para que fosse redefinido o papel da mulher na sociedade, tanto que para se chegar às conquistas atuais, lá no passado, em 1957, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na ci-

dade norte americana de Nova Iorque, indignadas pelo tratamento destinado a elas dentro do ambiente de trabalho, fizeram uma grande paralisação, reprimida com total violência, cujas marcas deixadas por essa manifestação são lembradas até hoje através do 8 de março: Dia Internacional da Mulher.

E como na música, elas reconheceram a queda, mas não desanimaram e deram a volta por cima. Cada qual sentiu o impacto da notícia de uma maneira, mas todas, em seu tempo, encararam o desafio e se redescobriram. Ana Maria, agente administrativa de Santos, teve identificado o câncer de mama em 2003, Luciane, escrevente técnica judiciária de São Vicente, teve conhecimento em 2005, Aurení, escrevente aposentada e ex-diretora da Assosubs, soube em 2007, e Denise, também escrevente aposentada, em 2009.

Do diagnóstico à cura foram muitos exames, sessões de radioterapia ou quimioterapia, sem falar nos enjoos, alergias, momentos de baixa imunidade do organismo, fraqueza, tris-

teza, quedas de cabelos e pelos do corpo até a cirurgia e a reconstrução da mama. E para Luciane, ainda houve a leucopenia (redução no número de leucócitos, os glóbulos brancos, no sangue).

Mas nenhuma delas perdeu a beleza, pois essa beleza se transformou em vigor para ultrapassar os ciclos da doença. Períodos em que alguns se afastaram e outros se aproximaram com palavras de apoio, conforto e incentivo.

É na dor que as pessoas se reinventam, aprendem e descobrem o que realmente vale à pena. “Eu, que tanto cuidei de todos, tive que desacelerar o ritmo e cuidar um pouco de mim. E também me abrir para receber cuidados”, lembrou Denise. Já Luciane e Ana constatarem o real sentido da palavra companheiro, dado a atenção e carinho que receberam dos maridos. Para Aurení serviu para retomar sentimentos perdidos: “Foi essencial para resgatar laços familiares”.

Além do apoio, elas procuraram se ocupar, tanto durante o tratamento quanto depois de

encerrado o processo, do que as fizessem se sentir bem durante essa batalha. Ana se sentia só e encontrou alívio e segurança no trabalho, entre os colegas, e retomou as atividades mesmo fazendo as sessões de quimioterapia. Aurení, que sempre gostou de caminhar, após ser liberada pelo médico, se intensificou no esporte, passou a correr e hoje participa até de maratonas. Luciane e Denise, na pesquisa sobre a doença, conheceram o Instituto Neo Mama, em Santos, local que passaram a frequentar, fizeram amizades, viraram voluntárias e acabaram por auxiliar outras mulheres na mesma situação que a delas.

Denise foi mais a fundo. Aposentada, hoje ela dedica boa parte do seu tempo ao Neo Mama, ajudando nas atividades, participando de eventos, inclusive das tardes beneficentes, cuja renda é revertida ao Instituto, e da divulgação do 4º

Calendário Oficial. Tanto Denise quanto Luciane são musas da edição 2014 do projeto – modelos vencedoras da luta pela vida.

Agora, elas, e milhares de mulheres, celebram a vida após vencerem o câncer de mama. E um dos principais motivos é o diagnóstico precoce, cujas formas mais eficazes de detecção da doença são o autoexame, o exame clínico e a mamografia obrigatória acima dos 40 anos – antes disso é indicado apenas quando há casos na família.

Para conscientizar sobre a importância da prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama, há anualmente a realização da Campanha Outubro Rosa, um movimento internacional que no Brasil é promovido pelo Inca (Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva), ligado ao Ministério da Saúde, com eventos sobre a doença e distribuição de materiais informativos.

Instituto Neo Mama

O Instituto Neo Mama de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama, em Santos, é um espaço destinado a ajudar as mulheres e as famílias no enfrentamento da doença, assim como em sua reabilitação e readaptação total. Fundada por Gilze Maria Costa Francisco, uma enfermeira que viveu essa realidade, a entidade presta atendimento gratuito às moradoras da Baixada Santista.

Por meio de voluntários, o Instituto presta atendimento gratuito psicológico e de sexualidade, orientações jurídicas,

fisioterápicas e nutricional e proporciona serviços como o de banco de perucas e de próteses mamárias externas, manicure, drenagem linfática, estética, aulas de ioga, oficina de artes e festividades diversas.

O Neo Mama fica na Av. Cel. Joaquim Montenegro, 345, Ponta da Praia, em Santos. O telefone é 3223-5588, o endereço na Internet é www.neomama.com.br e na rede social é [facebook.com/InstitutoNeoMama](https://www.facebook.com/InstitutoNeoMama). Outro domínio com informações é www.canceldemama.com.br.

Iamspe

Audiência Pública promove discussão sobre o Projeto de Lei da Autarquia Especial do Instituto

O Plenário Paulo Kobayashi da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) reuniu em 11 de fevereiro trabalhadores em atividade, aposentados e representantes de diferentes áreas do funcionalismo público - dentre eles membros da Assojubs - para a Audiência Pública sobre a minuta do Projeto de Lei da Autarquia Especial do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe).

Organizada pela Comissão Consultiva Mista (CCM) do Iamspe, a Audiência Pública teve função política, com o objetivo de promover uma discussão acerca do projeto proposto pelo Executivo e que, em suma, apresenta muitas lacunas e não atende as reais necessidades dos servidores que fazem uso do atendimento prestado pelo Instituto.

Em debates anteriores, como na reunião ordinária mensal da CCM, no dia 30 de janeiro, o PL foi rejeitado pelos presentes, pois foram observados pontos de divergência. Sem dúvidas, há a necessidade de alteração na Lei do Iamspe, mas por não haver consenso sobre a minuta, a Audiência



Trabalhadores em atividade, aposentados e representantes de diferentes áreas do funcionalismo público estiveram na Alesp

Pública foi chamada, mais uma oportunidade de aprofundar a discussão e apresentar estudos para melhorar a redação do projeto.

Com auxílio de seu Departamento Jurídico, a Assojubs foi uma das entidades do funcionalismo público que já contribuiu para a construção de um projeto visando o interesse de todos. Tanto que entregou um material com sugestões e mudanças para a CCM, presidida por Sylvio Micelli.

Dentre os pontos de divergência vistos na minuta, três

são principais: 1) contribuição paritária por parte do Governo do Estado segue indefinida; 2) Conselho Fiscal não conta com representantes do funcionalismo, apenas membros indicados pelo Executivo; 3) Plano de Cargos e Carreiras dos funcionários do Iamspe é deficitário.

Foram muitas as explicações e todas contrárias à minuta. As falas ressaltaram que é preciso alterar a legislação, providenciar melhorias e atualizá-la. Só que o apresentado hoje esquece as bandeiras de luta históricas, como bem

lembrou Guilherme Nascimento, coordenador do Litoral da CCM Iamspe e presidente do Capesp (Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo): “Quatro anos discutindo para não ver esses assuntos contemplados. É uma decepção”.

Apesar do descontentamento geral, desistir não é uma palavra usada pelos representantes, assim como frisou Rosângela dos Santos, secretária geral da Assojubs: “Vamos resistir a mais esse ataque do Governo do Estado, essa plenária lotada nos mostra que temos capacidade para lutar, por isso devemos perseverar”.

Para finalizar o debate proposto pela Audiência Pública, Hugo Coviello, coordenador do Sintrajus, reforçou que o Iamspe pertence aos servidores públicos, pois são eles que mantêm o Instituto em pleno funcionamento devido à contribuição compulsória mensal de 2% em seus holerites e deixou a seguinte ideia: “Devemos sair do campo de defesa e ir para o campo de ataque!”.

Além de Rosângela dos Santos, a Assojubs participou da Audiência Pública com mais duas associadas, Gisele Alonso, da Comarca de Cubatão, e Rita de Cássia Moura, da Comarca de Santos.



Rosângela dos Santos, secretária geral da Assojubs, em sua explanação durante a Audiência Pública

Novo servidor tem até 180 dias para inserir agregados

Muitos servidores recém-admitidos no funcionalismo público não sabem, mas é possível inserir agregados (pais, padrasto e/ou madrasta), em um prazo de até 180 dias a partir da data de posse, no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), entidade cuja finalidade é prestar atendimento de saúde aos

seus contribuintes e beneficiários.

Para a inserção dos agregados é preciso preencher o Termo de Inscrição disponível no site do Iamspe e entregar na unidade de Recursos Humanos do servidor, no caso, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Os documentos necessários para o cadastro dos agregados

e emissão de carteirinhas são: Termo de Inscrição em três vias (uma para o servidor, uma para o RH e a terceira para o Iamspe), cópias simples e os originais da Cédula de Identidade (RG) do servidor e da pessoa ou pessoas que serão inscritas como agregados, comprovante de residência e holerite atualiza-

do do servidor contribuinte e declaração de posse e exercício ou título de nomeação. No caso de padrasto ou madrasta também deve ser entregue a certidão de casamento em segunda nupcias.

Para cônjuges e filhos não há prazo para inserção e os documentos necessários para o cadastro e emissão de cartei-

rinhas são: cópias simples e os originais da Cédula de Identidade (RG) do servidor e do dependente ou dependentes, Certidão de Nascimento (filhos), Certidão de Casamento (cônjuge), comprovante de residência e holerite atualizado do servidor contribuinte. **(Com informações do Iamspe)**

Negociação

Das tratativas com o TJ-SP, apenas o índice de 6% de reposição salarial; demais itens serão analisados

Sobre os pagamentos referentes à Lei nº 1.217/2013, a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Cartorárias foi implantada, mas não se estende a todos agentes judiciários, e o Adicional de Qualificação não foi realizado, pois ainda está sendo operacionalizado

Em duas reuniões realizadas com a Assojubs e demais entidades representativas dos servidores, a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, gerida pelo desembargador José Renato Nalini, de concreto, apenas garantiu o cumprimento da data-base da categoria (1º de março) e efetuou o pagamento aos agentes judiciários relativo à Gratificação pelo Desempenho de Atividades Cartorárias, voltando atrás no conteúdo do Comunicado 09/2014, publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE de 20/1), o qual citou a falta de dotação orçamentária para a implantação da Lei nº 1.217/2013, sancionada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) no ano passado.

No encontro do dia 10 de março, no Palácio da Justiça, Capital, inicialmente conduzido pelo desembargador Antônio Carlos Malheiros, foi anunciado o índice de 6% de reposição salarial (março de 2013 a fevereiro de 2014). Da discussão, com posterior presença de Nalini, apenas o cumprimento da data-base ficou definido, pois os outros itens da pauta prioritária elaborada anteriormente pelo conjunto das entidades permanecem em aberto para estudos do TJ-SP: o pagamento das perdas acumuladas contabilizadas em aproximadamente 15%; retroação do aumento de 4,77% a partir de 1/03/2010, continuidade no pagamento de férias e licenças-prêmio indenizadas, aumento do auxílio saúde de R\$ 100,00 para R\$ 250,00, pressão para aprovação dos PLCs 56 (nível universitário para os



Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, ressaltou a questão da insalubridade, cuja comissão de trabalho não avançou

oficiais de justiça) e 6 (criação de cargos de assistentes sociais e psicólogos) e o pagamento do adicional de insalubridade.

Todos os pontos da pauta prioritária foram abordados. Ao serem questionados pelos representantes, os desembargadores se limitaram ao discurso de que estão sob análise do Tribunal. Apesar da divulgação do percentual de reposição salarial, Malheiros ressaltou que a tratativa com os dirigentes não está encerrada e pode ser reaberta quando se chegar ao índice preciso da inflação do ano.

Antes desse encontro, em 31 de janeiro, as entidades e o presidente do TJ-SP já haviam se reunido. Na ocasião, o foco da discussão foram o Adicional de Qualificação (para os servidores com formação acadêmica) e Gratificação pelo Desempenho de Atividades Cartorárias aos agentes judiciários, pagamentos que Nalini alegou não ter como arcar porque trariam um grande impacto financeiro para o Órgão. "As verbas para tais não entraram no orçamento. O Tribunal encaminhou pedidos de suplementação por meio de emendas, mas os pedidos

não foram contemplados. Não posso prometer o que não tenho como cumprir. Vou tentar obter os recursos, só que não há como assumir a responsabilidade sozinho", respondeu o desembargador na data.

Mesmo com o argumento da falta de verbas, o TJ implementou em fevereiro, com pagamento na folha de março, a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Cartorárias aos agentes judiciários administrativos, operacionais e de serviço quando em trabalho nas unidades cartorárias. O Adicional de Qualificação é que não foi realizado.

Sobre os agentes judiciários não contemplados com a Gratificação, os membros do Tribunal não garantiram a extensão do pagamento, mas afirmaram que vão verificar a situação, pois muitos servidores, principalmente os que trabalham nas seções de Protocolo e Distribuidor, seguem em desvio de função.

Presentes à reunião de 10 de março, Lilian Salvador Paula, secretária de Planejamento de Recursos Humanos/SPRH, e Diva Elena Gatti da Mota Barreto, secretária de Gerenciamento de Recursos Humanos/



O presidente, José Renato Nalini, com o desembargador Malheiros e a secretária Lilian Salvador

SGRH, informaram que um parecer a respeito da condição desses agentes judiciários lotados na Administração, mas que desempenham serviço cartorários, será finalizado. O encontro ainda contou com a participação de Ricardo Felício Scaff, juiz assessor.

A respeito do Adicional de Qualificação, o presidente destacou que o mesmo está sendo operacionalizado para o cumprimento total da Lei nº 1.217/2013: "O TJ vem se esforçando para que a Alesp [Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo] e o Executivo honrem o que foi acordado entre os três poderes". Mas não foi estipulada uma data para o pagamento.

Outro ponto lembrado foi a questão da insalubridade, cuja comissão de trabalho a respeito do tema não avançou. Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, destacou que o assunto precisa ser retomado, pois os servidores continuam a ter problemas com a falta de climatização nos fóruns pelo Estado e o manuseio de produtos químicos, como solventes, danosos à saúde.

Muito cobrada pelos representantes também uma posição acerca do Projeto de Lei Complementar 56/2013, apresentado pelo Tribunal junto à Alesp e que propõe o requisito de nível universitário para ingressar no cargo de oficial de justiça. Malheiros ressaltou que o TJ é a favor do PLC e que fará gestões em conjunto com os servidores na Casa Legislativa para sua aprovação.

Ainda sobre os oficiais de justiça, o vice-presidente da Assojubs, Luiz Milito, antes do encerramento da reunião, protocolou um ofício solicitando um encontro para debater demandas específicas dos servidores da função.

Presentes

Além da Assojubs, também representada por Silvio Realde, diretor de Tesouraria, participaram da reunião a Assetj, Fenasj, Fespesp, ANSJ, Assojuris, Aecoesp, AASPTJ-SP, Apatelj, Affocos, ASJCOESP, Affi, Aojesp, Assejus, Sintrajus, Sinjuris, Sindjesp Caieiras e São Paulo, Sindjesp Região Metropolitana de São Paulo, Sinsjud, Sindojus e Ajesp.

VI Encontro Estadual

Pré-pauta de reivindicações e bandeiras serão apresentadas na Assembleia Estadual

Por mais um ano consecutivo, trabalhadores de diversas comarcas e prédios da Baixada Santista, Capital, Grande São Paulo e Interior estiveram reunidos na Assojubs no intuito de promover uma discussão acerca da Campanha Salarial e seus desdobramentos, deliberar sobre ações de mobilização e definir a pré-pauta reivindicatória.

O debate, que teve como foco impulsionar a Campanha Salarial 2014, aconteceu durante o VI Encontro Estadual dos Servidores do Judiciário de São Paulo, organizado pela Assojubs, que aconteceu no sábado, dia 15 de fevereiro, na sede Santos da associação.

Além de servidores santistas, participaram do evento trabalhadores das comarcas de São Vicente, Praia Grande, Cubatão, Itanhaém, Guarujá, Bertioga, Osasco, Santo André, Campo Limpo Paulista e Carapicuíba, e de fóruns da Capital como Lapa, Hely Lopes Meireles, Santo Amaro, João Mendes, Barra Funda, Brigadeiro, Palácio da Justiça, Pinheiros, Execuções Fiscais e Itaquera.

Pelas entidades representativas, marcaram presença o Sintrajus, Sindjesp ABCDMRR, Sindjesp Região Metropolitana, Sindjesp Caieiras e São Paulo, Comando da Base, Apatej, CSP Conlutas, Sintrajud (Judiciário Federal) e Sintusp (funcionários da USP).

A situação da classe trabalhadora

No período da manhã, o VI Encontro trouxe Mariane de Siqueira, técnica do Ilaese (Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos), formada em Ciências Sociais e

funcionária pública da área de Educação de Curitiba, que falou sobre a situação da classe trabalhadora após a crise econômica.

Segundo a palestrante, grande parte da classe trabalhadora atual é alheia aos movimentos sindicais. Mas é necessário reverter isso e desenvolver um trabalho de base de conscientização. No serviço público, a exemplo de outros países como Portugal, Grécia e França, é preciso unificar as categorias para lutar contra o ataque, principalmente aos aposentados, por conta da retirada dos direitos.

A respeito da crise econômica internacional, Mariane de Siqueira falou sobre um dos métodos usado pelos países de primeiro mundo para buscar a recuperação da taxa de lucro: a exploração dos trabalhadores, com intensificação do serviço e deveres e redução das garantias conquistadas ao longo da vida. Existe uma concentração de renda no mundo, mais de 50% das riquezas estão nas mãos de 10 famílias de bilionários. No entanto, na Europa e Norte da África têm ocorrido processos revolucionários diferenciados num movimento desigual e combinado.

No Brasil, país em desenvolvimento, os reflexos da crise econômica foram mais modestos. Mas, quando se trata de “enxugar a máquina”, seja por qual motivo for (recessão ou investimento), a política do Estado brasileiro é atrelada ao grande capital internacional, como uma submetrópole, tanto é que o Governo Federal destina 44% do PIB para pagamento e amortização da dívida pública, e os primeiros a sofrerem as

consequências são os funcionários públicos, daí vem a chamada precarização dos serviços essenciais. Em São Paulo, o serviço público vem sendo desmontado há mais de 20 anos de PSDB.

“Os governos retiram verbas do funcionalismo para investir em crescimento fictício, como no caso da preparação para a Copa”, bem lembrou a palestrante ao citar os gastos com o evento que será realizado em junho deste ano no país. E sem conscientização, muitos colegas, inclusive companheiros de luta, fazem coro à essa mentalidade: “Não podemos passar vergonha!”

Mariane de Siqueira lembrou que atualmente, com o amadurecimento das lideranças, o desafio é o de conscientizar e trazer os mais novos para a luta, pois a maioria da juventude não tem força de enfrentamento, tanto que o primeiro contato foi no ano passado, durante a jornada de junho, cujos protestos se espalharam pelo Brasil e foram motivados, inicialmente, pelo aumento da passagem de ônibus.

O caminho, segundo a técnica do Ilaese, é o já desenhado há décadas e hoje, com a euforia tomando corpo pela proximidade do evento, quase esquecido: a mobilização. A alternativa é unidade e pressão, seguindo os passos dos trabalhadores de diferentes países que se organizaram para defender seus direitos ou se libertar da ditadura. A luta dos judiciários não é só pela reposição salarial, mas também contra o desmonte dos serviços públicos.

Após sua explanação sobre Conjunturas Política e Econômica, a palestrante respondeu



A Assojubs reuniu judiciários de comarcas e prédios da Baixada Santista, Capital, Grande São Paulo e Interior

as dúvidas dos presentes a respeito do tema e também de assuntos correlatos que envolvem a classe trabalhadora.

Pré-pauta aprovada

Após a pausa para o almoço, os participantes do VI Encontro fizeram a discussão acerca dos itens contidos na relação de reivindicações da categoria. Após esclarecimentos e propostas de aprimoramentos dos assuntos, a pré-pauta foi aprovada e será apresentada na Assembleia Estadual em 21 de março, às 13 horas, Praça João Mendes, Capital, local de concentração das manifestações dos trabalhadores do Judiciário.

Bandeiras de luta e slogan da Campanha

Foram aprovadas as seguintes bandeiras de luta:

- Slogan de campanha: “Campanha Salarial 2014 já começou. Judiciário-SP”;
- Iamspe, contribuição paritária de 2% por parte do governo.

- Aprovação da PEC 526 (eleição direta dos TJs com par-

ticipação dos trabalhadores);
- Contra a criminalização dos movimentos sociais e de luta dos trabalhadores.

Estratégias e Calendário de Lutas

- Assembleia Estadual - Para deliberar sobre a Campanha Salarial 2014 e definir a pauta de reivindicações, em 21 de março, a partir das 13 horas, na Praça João Mendes, Capital, será realizada a Assembleia Estadual da categoria.

- Indicativo de nova Assembleia para 25 de abril, após o protocolar a pauta para deliberação sobre a contraproposta do TJ.

- Atos regionais ou reuniões nos fóruns até 3 de abril;

- Reunião de representantes de comarcas;

- Assembleias regionais: 15 de abril;

- Articulação com outros setores do funcionalismo;

- Fórum de debates;

Portanto, servidor, faça sua parte! Compareça e contribua para o aprimoramento das ações de luta e mobilização da Campanha Salarial 2014!

Varas de luta são aprovadas; deliberações estadual em 21/3, na Praça João Mendes

A PRÉ-PAUTA É A SEGUINTE:

DIREITOS

1) Redução da jornada de trabalho para 06 (seis) horas, no limite de 30 (trinta) horas semanais, com 02 (dois) turnos de trabalho, sem qualquer redução dos salários e/ou vencimentos e com isonomia entre os servidores do quadro atual e novos contratados.

2) Revogação do Provimento 2082/2013 e da Portaria 8782/2013 que determinam horário único de trabalho. Concursos públicos em regime de urgência para o preenchimento imediato dos milhares de cargos vagos.

3) Reconhecimento pelo Tribunal de Justiça das comissões de prédios, de Fórum, de Comarca, ou outras formas de organização por local de trabalho, como legítimos representantes dos trabalhadores daquela unidade, com a liberação dos membros eleitos para a realização das reuniões e atividades, sem descontos nos vencimentos.

4) Estabelecimento de cronograma de reuniões entre representantes dos trabalhadores e Comissão de Orçamento, para acompanhamento da execução do orçamento anual, e intervenção na elaboração do Orçamento nas questões de interesse do funcionalismo.

5) Direito a voz dos representantes e entidades de classe nas reuniões do Órgão Especial do TJSP, em relação às questões administrativas ou de interesse da classe.

6) Fim do Assédio Moral. Estabelecimento de canais dedicados, exclusivos e de composição paritária, com a finalidade de apurar as denúncias e encontrar soluções. Realização de verdadeira campanha contra o assédio moral, com, possibilidade de divulgação e conscientização nos cartórios pelos representantes dos trabalhadores.

7) Licença paternidade de 30 dias.

8) Licença maternidade e paternidade para servidoras e servidores adotantes. O TJ concederá licença remunerada de 180 dias às trabalhadoras e trabalhadores que se tornarem mães e pais adotantes de crianças e adolescentes, a partir da data da decisão judicial confirmatória dessa situação nos termos da lei.

9) Extinção das terceirizações e privatizações no Tribunal de Justiça, inclusive para as atividades de portaria, fiscalização, segurança e vigilância. a) Extinção das nomeações "ad hoc".

10) Desligamento imediato dos funcionários não concursados ocupantes de cargos em comissão ou confiança e substituição por funcionários concursados, preenchidos por



Os participantes do VI Encontro fizeram a discussão acerca dos itens e aprovaram a pré-pauta de reivindicações da categoria

concurso interno com critérios objetivos.

11) Rediscussão dos critérios de aplicação da avaliação de desempenho, com participação dos funcionários inclusive com adoção de avaliação das chefias pelos subordinados.

12) Fim da livre nomeação para os cargos de chefia, criação de concurso interno com critérios objetivos para preenchimento dessas vagas.

13) Aplicação imediata pelo Tribunal de Justiça, em âmbito administrativo, de questões já decididas por Cortes Superiores do País, com o imediato enquadramento salarial e o pagamento dos valores devidos, evitando-se ações judiciais tais como art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e sexta-parte.

14) Regulamentação do uso do banco de horas.

I) Horas extras: pagamento das horas extras, a partir desta pauta, em pecúnia com acréscimos legais (50% na continuidade da jornada normal e 100% aos sábados, domingos e feriados.

II) Horas credoras:

a) Banco de horas credoras existente a critério do funcionário, pagamento em pecúnia ou uso do saldo de horas credoras.

b) Pagamento imediato do saldo do banco de horas nos casos de aposentadoria e exoneração, bem como pensionista nos casos de falecimento.

c) Pagamento do auxílio alimentação proporcional à jornada diária de trabalho, quando o servidor usufruir do seu saldo de horas.

15) Pagamento de hora-extra ou saldo de horas credoras, na forma do item anterior, quando ocorrer excesso de jornada para realização de serviços, cursos ou treinamentos, de interesse do Tribunal. Pagamento do valor das diárias devidas, em até cinco dias, quando a realização destas atividades implicar em deslocamento para comarca diferente daquela de lotação do servidor.

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

16) Instituição de normas de participação dos trabalhadores nas decisões relacionadas à Saúde e Condições de Trabalho, nos moldes das CIPA's, com representantes eleitos, indicados em assembleias regionais (ou por prédios), referendados na Assembleia Estadual e respeitado pelo TJ.

17) Liberação do ponto para atendimento médico.

18) Intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados em digitação para descanso e prática de ginástica laboral. Campanha de conscientização de servidores, gestores e magistrados.

19) Criação de ambulatórios médicos, odontológicos e psicossociais nas unidades de trabalho, para atendimento aos servidores extensivo aos aposentados e pensionistas.

20) Melhores condições de trabalho. Fornecimento, pelo Tribunal, de instalações, instrumentos, equipamentos, materiais necessários ao desempenho das funções e ao atendimento das necessidades dos funcionários e aquisição de novas unidades de tra-

balho. Instalação de banheiros adequados e fornecimento de água potável. Melhorias nas condições de segurança geral dos prédios.

21) Licenças médicas:

a) publicação imediata no DJE das licenças médicas concedidas. Fim imediato da recusa de atestados e laudos médicos por parte dos peritos em todo o estado, ou seja, o médico perito do TJSP não pode recusar o laudo médico e a perícia de médicos especializados do paciente servidor.

b) necessidade de perícia médica somente a partir do 16º dia de afastamento, conforme Regime Geral da Previdência (INSS).

c) Que faltas e licenças médicas não sejam consideradas como critério de exclusão para o acesso à licença prêmio e quinquênio, ou seja, não sejam contabilizados nas 30 faltas permitidas a cada cinco anos.

SALÁRIOS

22) Reposição das perdas salariais de 15,20% (estimativa), calculadas com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para o período de março/2002 a fevereiro/2014.

23) Pagamento imediato da reposição de 4,77%, com juros e correção, não aplicados sobre os vencimentos de março a novembro de 2010. E 1,5% com juros e correção de março a agosto de 2011, sob pena de ações judiciais cabíveis.

24) Aumento real dos vencimentos, remuneração e salários, equiparando-se aos servidores públicos da Justiça Federal.

25) Reajuste nos valores dos auxílios: a) Auxílio transporte no valor de quatro (4) conduções por dia, tendo por base o valor da tarifa da Capital Paulista; b) Auxílio saúde no valor de R\$ 400,00 para o titular e 50% por dependente; c) Auxílio creche-escola reajustado pelo INPC anual e que sua concessão seja extensiva aos menores de idade.

26) Pagamento imediato do saldo dos créditos funcionais dos servidores, tais como FAM, férias, licença-prêmio, auxílio funeral e todos os outros direitos funcionais. Pagamento de direito ou benefício na folha de pagamento seguinte à aquisição/concessão sem parcelamento.

27) Incorporação aos salários dos servidores ativos, aposentados e pensionistas de todos os valores recebidos como auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio saúde.

28) Pagamento imediato das valores decorrentes das avaliações realizadas e previstas na Lei 1111/10 (Plano de Cargos e Carreiras).

29) Instituição de piso salarial para o quadro funcional do TJSP, baseado no valor do salário mínimo (para uma família de quatro pessoas) calculado e divulgado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) que atualmente é de R\$ 2.729,24 (outubro - 2013).

QUESTÕES ESPECÍFICAS

30) Criação do cargo de escrivão 1 nas unidades da administração geral das comarcas.

31) Aplicação imediata da Lei 1217/2013 e a extensão da gratificação aos agentes judiciários lotados nas unidades administrativas.

32) Pagamento de adicional de insalubridade, periculosidade e penosidade para cargos, funções e atividades que impliquem em risco à saúde e segurança do servidor.

33) Estabelecimento de programas de supervisão e capacitação aos servidores com participação dos representantes eleitos na elaboração.

34) Comissões paritárias com representantes do tribunal e representantes dos trabalhadores, eleitos em assembleia, para solução de problemas relativos aos diversos segmentos existentes no Tribunal, entre outros: a) Oficiais de Justiça; b) Agentes de Segurança; c) Assistentes Sociais e Psicólogos; d) Escreventes; e) Agentes; f) Contadores; g) Escrivães; h) Estagiários; i) Agente de Fiscalização.

35) Fim do "cartório". Fim da criação de novas varas sem que haja funcionários suficientes para o seu funcionamento, designados e lotados exclusivamente para as novas varas.

36) Fim das revistas nos servidores.

37) Equiparação salarial dos Assistentes Sociais e Psicólogos - através de Gratificação Judiciária - com os peritos da área de saúde do pessoal do TJSP, como médicos e enfermeiros.

38) Aprovação dos PLCs 06/2013 (criação de cargos de assistentes sociais e psicólogos) e 56/2013 (propõe o requisito de nível universitário para ingressar no cargo de oficial de justiça).

39) Criação de PLC que contemple o nível universitário para o cargo de escrevente técnico judiciário.

Fórum 40 graus!

Calor excessivo e falta de climatização motivam protestos de servidores na Comarca de Santos



Os funcionários da Comarca de Santos saíram de seus locais de trabalho e protestaram pela falta de refrigeração em dois atos, o primeiro em 28 de janeiro, e, na sequência, em 5 de fevereiro no qual simularam uma praia, aparecendo com trajes e acessórios característicos

Entra ano, sai ano e a falta de condições de trabalho prossegue na Comarca de Santos - bem como em demais fóruns do Estado - no que diz respeito à climatização: por causa das altas temperaturas registradas na estação, servidores sofrem com o calor excessivo dentro das unidades, cuja sensação térmica se agrava pela numerosa quantidade de papéis e espaços reduzidos, que contribuem para diminuição da circulação de ar nos ambientes.

Indignados com a situação, que se arrasta há décadas, os funcionários da Comarca saíram de seus locais de trabalho e protestaram pela falta de refrigeração. Foram dois atos, o primeiro em 28 de janeiro, e na sequência, em 5 de fevereiro, em que os servidores lotaram a escadaria do prédio central no intuito de mostrar às autoridades e população o descaso por

parte do Tribunal de Justiça e da forma como são tratados pelo Órgão.

A falta de climatização nos prédios do Judiciário Paulista é uma discussão antiga, ponto de pauta nas tratativas dos representantes da categoria com o Tribunal e também com membros da advocacia. E tal problema já havia sido alvo de manifestação dos trabalhadores, ocorrida em 2011, comprovando que a demanda é recorrente e só piora a cada verão.

Além da ausência de condicionadores de ar, os ventiladores são escassos e se tornou usual que os próprios trabalhadores levem para as unidades seus aparelhos. Só que neste ano, com os termômetros chegando aos 40 graus, os equipamentos não conseguem aplacar o calor, que piora devido ao aumento da sensação térmica nos cartórios.

Por conta do calor excessivo, há relatos de casos de desmaios e queda de pressão dos funcionários e jurisdicionados durante o expediente forense. “Nos dias de hoje, ter ar condicionado não é questão de luxo e sim de necessidade”, destacou a servidora Luciene Mello ao participar dos atos.

Com cartazes e músicas, os trabalhadores reclamaram a falta de climatização. Em um dos protestos, para abrandar o calor, a Assojubs fez uma pequena distribuição de sorvetes entre os presentes. Já no outro, ironizando a questão, os servidores simularam uma praia, aparecendo com trajes e acessórios característicos.

A ironia foi uma forma de mostrar à população que somente com essas vestimentas se consegue trabalhar nas unidades devido aos locais se tornarem insalubres por causa do

calor intenso. “As pessoas têm que ter ciência do absurdo que os servidores passam, pois são oito horas diárias de sofrimento, em condições degradantes”, frisou o presidente da Assojubs, Alexandre dos Santos.

“É só assim, com luta, pressão e mobilização, que vem nossas conquistas”, ressaltou Silvio Realle, diretor de Tesouraria da Assojubs, ao recordar que os funcionários também já sofreram com a falta de água potável e até – pasmem! – papel higiênico, período no qual eles próprios compravam tais materiais para seus locais de trabalho.

A situação da Comarca

No Fórum Cível da Comarca a maioria dos cartórios está equipada com os aparelhos, muitos frutos de doações ou da compra pelos próprios funcionários, a chamada “vaquinha”.

No prédio central, sabe-se que a situação não é tão fácil de ser resolvida, pois há a necessidade de uma reforma na cabine primária de energia. Mas o curioso é que em gabinetes e salas de entidades privadas dentro do Fórum há condicionadores de ar, só existe impedimento para a climatização nos cartórios. Ou seja, a cabine primária sempre aguenta mais um pouco quando se trata da magistratura, o que não acontece para os funcionários.

“Queremos que o Tribunal demonstre boa vontade, mesmo que seja com situações provisórias, por ser uma questão emergencial”, reforçou o presidente da associação. Pelas comarcas do Litoral os casos se repetem. Não há climatização também em algumas unidades de Praia Grande, Cubatão, Itanhaém, São Sebastião e Caraguatatuba.

Representantes, servidores e Diretoria da Comarca participam de conciliação no Ministério do Trabalho

Com o objetivo de buscar soluções práticas a respeito das condições de trabalho inapropriadas e insalubres devido à falta de climatização na Comarca de Santos, servidores, representantes da categoria e a Diretoria do Fórum estiveram reunidos em fevereiro na sede regional do Ministério do Trabalho.



As mesas redondas foram no intuito de buscar soluções práticas a respeito das condições de trabalho inapropriadas e insalubres

Foram duas mesas redondas de conciliação – uma no dia 4 e outra em 13 de fevereiro – motivadas por um pedido de interdição feito pelo Sintrajus, com apoio da Assojubs, junto ao Ministério do Trabalho. E o Tribunal de Justiça, por meio do juiz diretor do Fórum de Santos, Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho, nomeado também responsável pela 7ª Região Administrativa Judiciária (Daraj 7), apresentou algumas soluções momentâneas para a questão.

Segundo o juiz diretor do Fórum, foi autorizado pelo Tribunal o encaminhamento à Comarca de 32 condicionadores de ar – com diferentes capacidades (BTUs) – para ser distribuídos entre as salas dos prédios Anexo e Cível que ainda não foram climatizadas.

Sobre o prédio Anexo, precisamente na sala das assistentes sociais e psicólogos, um local crítico, durante a tratativa ficou acordado que serão utilizados dois condicionadores de ar para o espaço. Marinho informou ainda que seriam instalados equipamentos nas salas da Seção Administrativa de Distribuição de Mandados (SADM), dos Oficiais de Justiça, Seção de Patrimônio e Almoxarifado e Ofício Distribuidor do Fórum Cível.

Em relação ao edifício central, segue o problema com a cabine primária de energia, que necessita de reforma. O juiz diretor, então, relatou que, em contato com a Secretaria de Administração do TJ, recebeu um cronograma sobre o

reparo preciso e definitivo para permitir a expansão da climatização aos cartórios.

Tal cronograma é o seguinte: 45 dias para a contratação do projeto, 90 dias para elaboração do projeto, 90 dias para seleção de empresa por licitação para execução do projeto, 90 dias para execução do serviço. O total do prazo estimado é de 315 dias a contar da data da mesa redonda de conciliação (13/2).

A respeito de outros cartórios críticos no prédio central, como no caso do 3º Ofício Criminal, ficou acordada a realocação dos servidores para salas já climatizadas, medidas emergenciais no intuito de amenizar o sofrimento dos trabalhadores enquanto se dá o procedimento de reforma da cabine primária, previsto para ficar pronto no ano que vem.

Participaram das duas rodadas de conciliação, pela Assojubs, Alexandre dos Santos (presidente) e Rosângela dos Santos (secretária geral). O Sintrajus foi representado por Hugo Coviello, coordenador geral. Jonadabe Rodrigues Laurindo, responsável pelo Departamento Jurídico da associação e do sindicato, também esteve presente, bem como as servidoras Claudia Luz e Myriam Araújo. Na segunda discussão, Silvio Realle (diretor de Tesouraria da Assojubs) também esteve presente. O próximo encontro será em 7 de abril, às 11 horas.

Presidência vem à solenidade no Fórum e Assojubs protocola ofícios referentes às condições insalubres

Durante a presença do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador José Renato Nalini, na Comarca de Santos na manhã de 17 de fevereiro, a Assojubs aproveitou a ocasião para protocolar dois expedientes cobrando soluções para demandas recorrentes na região: a falta de climatização em Santos e a reativação da Comissão de Insalubridade em

do TJ no intuito de corrigir as irregularidades a que estão submetidos os servidores por causa das condições insalubres de trabalho em diferentes comarcas do Estado, como no caso de Santos, onde os judiciários da Seção de Mecanografia manuseiam rotineiramente produtos químicos, como solventes, danosos à saúde e nada recebem por isso.



Nalini foi levado ao 3º Ofício Criminal, um dos cartórios críticos no prédio central no que tange à falta de climatização

O desembargador veio a Santos para a instalação da 3ª Vara da Fazenda Pública, momento que reuniu magistrados, membros da advocacia e Ministério Público, autoridades políticas locais, representantes dos poderes Executivo e Legislativo, da Marinha, servidores e os dirigentes em uma solenidade no Salão do Júri do Palácio da Justiça da Comarca.

A Assojubs, por seu presidente, Alexandre dos Santos, e o diretor de Tesouraria, Silvio Realle, protocolaram junto à Presidência, através de Afonso de Barros Faro Júnior, juiz assessor, dois ofícios contendo reivindicações para questões relativas às péssimas condições de trabalho nos fóruns do Estado.

Em um dos ofícios, a Assojubs solicitou a apreciação, com urgência, da Presidência acerca da climatização em Santos, bem como nas diversas unidades de trabalho do TJ, por ser uma questão que se agrava a cada ano em decorrência do forte calor registrado nesta época do ano. A falta de refrigeração vem expondo os servidores a um maior grau de sinistro laboral, o que reflete no comprometimento da eficiência na prestação de serviço. Junto, foi anexado um abaixo-assinado dos judiciários.

Já no outro ofício, foi requerida a reativação, também urgente, da Comissão Permanente de Insalubridade

Ao final da solenidade, Nalini foi levado ao 3º Ofício Criminal, um dos cartórios críticos no prédio central no que tange à falta de climatização. Os trabalhadores expuseram o problema, mostraram o espaço, suas instalações e cobraram ações do presidente para que sejam tomadas providências. Na sequência, o magistrado se dirigiu à sala onde foi instalada a 3ª Vara da Fazenda Pública.

Em conversas com a assessoria da Presidência, os representantes da Assojubs obtiveram a informação de que realmente haveria o pagamento da Gratificação Pelo Desempenho de Atividades Cartorárias aos agentes judiciários na folha de fevereiro/2014, com crédito para março/2014, o que realmente aconteceu.

Além de Alexandre dos Santos e Silvio Realle, a Assojubs foi representada por Luis Fabiano Mendes, diretor de Planejamento e Infraestrutura. Pelo Sintrajus esteve presente Rosângela dos Santos, secretária de Prevenção da Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho.

Sindical

História de luta da classe trabalhadora (parte 5)

Por Paulo Ferreira Luz

Nesta edição de “O Processo” seguem os destaques dos fatos marcantes que influenciaram a luta da classe trabalhadora brasileira abordando os efeitos do “Sindicalismo de Estado”, vivenciado com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

A grave crise econômica do capitalismo internacional, que se iniciou a partir de 1929, e a ascensão de Vargas modificaram profundamente a economia e o processo político do país. A agricultura cafeeira de exportação sofreu um duro golpe e deixou de ser o setor mais importante da economia brasileira.

Na década de 30 o Brasil passou a ser um país industrial, ou seja, a indústria assumiu papel central no capitalismo e, do ponto de vista político, modificações importantes no Estado alteraram a forma de relacionamento entre as classes sociais, colocando novas condições históricas para a luta de classes.

Estes dois processos, no

plano econômico e político, implicaram em grandes transformações na estrutura do movimento operário e sindical. Com o avanço no processo de industrialização, a classe operária ganhou uma importância maior, mas, ao mesmo tempo, encontrou um Estado fortalecido, centralizado e atuante, com novos instrumentos e formas de dominação de classe.

O conflito entre capital e trabalho, até então tratado pela classe dominante como questão policial, passou a ser tratado como questão política, o Estado procurou administrar o conflito entre trabalhadores e patrões tomando iniciativas políticas importantes. Por um lado criou uma estrutura sindical corporativista, dependente e atrelada ao Estado, inspirada no Fascismo Italiano, por outro, criou o Ministério do Trabalho e a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Todo esse aparato visava administrar e conter o conflito e a luta de classes no interior do próprio Estado, que emergia com

uma grande força e um novo papel político na história do país.

Todo esse conjunto de modificações econômicas, sociais e políticas tiveram uma grande repercussão no ABC, pois as formas de organização sindical livres e independentes deram lugar à criação dos sindicatos oficiais. O próprio Anarco-Sindicalismo sofreu uma crise profunda e novas tendências políticas surgiram no movimento sindical, marcando o fim do período do “Sindicalismo Libertário”, dos sindicatos de minorias militantes, do início da formação dos sindicatos oficiais e do “Sindicalismo de Estado”.

A fundação dos sindicatos oficiais, a criação do imposto sindical e a política populista de Getúlio Vargas estimularam o surgimento dos pelegos. A palavra pelego, que originalmente significa a manta que se coloca entre o cavalo e a sela de montar, passou a ser utilizada para classificar os dirigentes sindicais que ficavam amortecendo os choques entre os patrões e o

cavalo que, no caso, era a própria classe trabalhadora.

A mudança no caráter do 1º de maio revela com bastante clareza o novo papel político que a classe dominante procurava designar para os trabalhadores: a grande data de luta da classe, a data em que as memoráveis greves eram deflagradas, foi transformada em feriado e exatamente nesse dia Getúlio Vargas reunia os trabalhadores em grandes estádios de futebol para anunciar as novas medidas do Governo na área sindical e trabalhista: a CLT, o salário mínimo e a Justiça de Trabalho.

Muitas antigas reivindicações do movimento eram anunciadas pelo Governo como concessões, na maioria das vezes de forma diferente da que os trabalhadores aspiravam. O exemplo mais claro disso foi a implantação de uma estrutura sindical corporativista, atrelada e dependente do Estado. Outro exemplo foi a CLT, que compilou a legislação trabalhista já existente, mas privilegiando o

dissídio individual nas causas trabalhistas, o que esvaziava o poder de pressão das categorias e inibia o trabalhador isolado de recorrer pela defesa de seus direitos, em função da ameaça de desemprego como revanche dos patrões.

Mesmo o salário mínimo adotado oficialmente foi precedido de uma longa pesquisa, que diagnosticou o piso salarial já existente no mercado e o manteve sem alterações substanciais, porém, em relação a situação anterior, algumas destas medidas representaram avanços e foram largamente utilizadas para a promoção pessoal de Getúlio Vargas e das lideranças populistas da época.

Na próxima edição continuaremos com o assunto, comentando sobre o Sindicalismo Populista. Até lá.

Paulo Ferreira Luz, escrevente técnico judiciário da Comarca de Itanhaém e diretor de Organização Política e Sindical da Assojubs

Atendimento

Ambulatório Odontológico tem horário ampliado

O horário de atendimento no Ambulatório Odontológico da Assojubs, que fica na sede Santos, foi ampliado. Desde o começo do ano, os associados, além do trabalho desenvolvido por Rogério Ferreira Ramalho, podem contar também com o serviço de Verena Tubel e Carlos Alberto A. V. dos Santos.

No Ambulatório Odontológico da

Assojubs, os atendimentos são prestados por Rogério Ferreira Ramalho e Verena Tubel e vão da prevenção até procedimentos como: profilaxia (limpeza), restaurações, endodontias, peridotias, radiografias, clareamento dentário e anamnese para posteriores encaminhamentos de especialidades (ortodontia, cirurgia buco-maxilo, implantodontia,

clareamento a laser). A consulta pode ser agendada diretamente com a Secretaria pelo (13) 3223-2377.

Já Carlos Alberto A. V. dos Santos, que realiza procedimentos de reabilitação oral (implantes e próteses sobre implantes), atende às quartas-feiras, das 9 às 12 horas e das 14 às 19 horas, diretamente na Oficina do Sorriso, que fica na Av. Marechal

Floriano Peixoto, 278, Gonzaga, Santos. O telefone da clínica é 3251-2446.

Vale lembrar que tanto no consultório da associação quanto na Oficina do Sorriso, o atendimento é exclusivamente para associados e dependentes, através de uma tabela própria, com descontos excepcionais e parcelamento dos valores (combinados com o paciente associado).

A NOVA TABELA DE ATENDIMENTO DO CONSULTÓRIO É A SEGUINTE:

Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
14 às 17 horas	14 às 17 horas	14 às 17 horas	9 às 12 horas
Dr. Rogério Ferreira Ramalho	Dr. Rogério Ferreira Ramalho	Dra. Verena Tubel	Dra. Verena Tubel

Novos Convênios

PSICOLOGIA

Adriane Monteiro Lopes Victal

Endereço: Rua Goiás, 65, sala 8, Boqueirão

Telefone: (11)3 3012-6413

50% de desconto sobre a tabela de referência do Conselho Regional de Psicologia

EDUCACIONAL - CURSOS

SOS Cursos - Educação Profissional

Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande (acesse o site)

20% de desconto nos pacotes a partir de quatro módulos e 50% de desconto na taxa de matrícula

A relação completa de conveniados está disponível em

www.assojubs.org.br

Virada de Ano na Barraca de Praia



Não fique só, fique sócio da Assojubs!

- 1) Assistência Jurídica
- 2) Planos médicos
- 3) Ambulatório odontológico

- 4) Cartão de consumo Vale Card
- 5) Restaurante (Santos)
- 6) Convênios educacionais

- 7) Convênios de descontos
- 8) Barraca de Praia
- 9) Lazer - Clube de Campo



Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo

Ficha de Filiação - Associados Efetivos

Número:

Nome:

RG: Nascimento:

CPF: Estado Civil:

End.: Nº: Complemento:

Bairro: CEP:

Cidade: Tel.:

E-mail: Cel.:

Nextel: ID:

Função: Matrícula:

Lotação: Cidade:

Pai: Nascimento:

Mãe: Nascimento:

Cônjuge: Nascimento:

Dependente: Nascimento:

Dependente: Nascimento:

Dependente: Nascimento:

Autorização

Nome:

titular da conta corrente nº banco ag.

Autorizo a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp o valor equivalente à contribuição de associado: 1% dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura _____

_____/_____/_____
Ciente _____ Presidente da Assojubs

Sede Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro, CEP 11013-202 - Tel.: (13) 3223-2377
 Sede São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, CEP 11310-350 - Tel.: (13) 3468-2665
 Sede São Paulo - Rua da Glória, 152, conj. 42, Liberdade, CEP 01510-000 - Tel.: (11) 3101-6085

secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br

JUBILEU DE PRATA ASSOJUBS

A comemoração pelos 25 anos da associação aconteceu em 29 de novembro no Estação Santos



CORAL ASSOJUBS – NOVA FASE

O Coral Assojubs inicia 2014 em nova fase. Seguindo tendência de muitos outros grupos vocais, suas apresentações vão tendo aos poucos o trabalho musical enriquecido com elementos visuais, o que aumenta o grau de envolvimento com o público.

A montagem das apresentações é feita por todo o grupo, o que torna os ensaios ainda

mais prazerosos. A cada dia que passa todos vão descobrindo, dentro de si mesmos, talentos insuspeitados!

A primeira apresentação do ano, na Casa do Sol, em Santos, mostrou um pouco desse trabalho, que vai se construindo e aprimorando ao longo do ano: na primeira parte um musical de rádio, inclusive com “propagandas”, e, na se-

quência, um verdadeiro baile de Carnaval ao som de marchinhas clássicas.

Além desse trabalho, o Coral Assojubs atuará também em outras frentes: para estimular a produção cultural dos judiciários, mostrando o artista que existe dentro de muitos dos colegas, realizará entre os dias 19 e 23 de maio o primeiro Sarau, aberto a to-

dos que queiram mostrar sua expressão pela palavra, música, dança ou artes plásticas.

Em agosto, entre os dias 25 e 29, acontecerá o III Encontro de Corais Assojubs em comemoração ao sétimo aniversário, reunindo grupos da região. Em dezembro, como é de praxe, no encerramento das atividades do ano, apresentação do repertório de Na-

tal e, através da música, uma mensagem de estímulo para o ano que virá.

O grupo é pequeno, mas entusiasmado, e aguarda de braços abertos sua presença! Os ensaios acontecem sempre às quartas-feiras e, a cada 15 dias, também às segundas, sempre às 18h20, na sede da Assojubs Santos.

Venha participar conosco!